

Revista Brasileira de
DIREITO PROCESSUAL

RBD Pro

DOUTRINA, NOTAS E COMENTÁRIOS, RESENHAS

Diretores

Lúcio Delfino
Fernando Rossi

Conselho Editorial

Alexandre Freitas Câmara
Ana Paula Chiovitti
Antonio Carlos Marcato
Antonio Gidi
A. João D'Amico
Araken de Assis
Aristoteles Atheniense
Arnuda Ahim
Carlos Alberto Carmona
Carlos Henrique Bezerra Leite
Cassio Scarpinella Bueno
Chedid Georges Abdulmassih
Claudiovir Delfino
Daniel Mitidiero
Darcy Guimarães Ribeiro
Djanira Maria Radamés de Sá
Donaldo Armelin
Eduardo Arnuda Ahim

Eduardo da Fonseca Costa
Eduardo Talamini
Ernane Fidélis dos Santos
Evaldo Marco Antônio
Fredie Didier Jr.
Glauco Gumerato Ramos
Gil Ferreira de Mesquita
Humberto Theodoro Júnior
Jefferson Carús Guedes
J.E. Carreira Ahim
J.J. Calmon de Passos (in memoriam)
João Batista Lopes
João Delfino
Jorge Henrique Mattar
José Alfredo de Oliveira Baracho (in memoriam)
José Carlos Barbosa Moreira
José Maria Rosa Tesheiner
José Miguel Garcia Medina

José Roberto dos Santos Bedaque
José Rogeno Cruz e Iucci
Luciano Borges Carnargos
Jurandir Sebastião
Udia Prata Ciabotti
Luiz Eduardo R. Mourão
Luiz Fernando Valladão Nogueira
Luiz Fux
Luiz Guilherme Marinoni
Luiz Rodrigues Wambier
Marcelo Abelha
Marcelo Lima Guerra
Maria Elizabeth de Castro Lopes
Mariângela Guerreiro Milhoranza
Ovídio A. Baptista da Silva (in memoriam)
Petrônio Calmon Filho
Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias
Sérgio Cruz Arenhart
Sérgio Gilberto Porto
Teresa Arnuda Ahim Wambier
Teofí A. Zavascki

Conselho de Redação

André Menezes Delfino
Bruno Campos Silva
Eduardo Carvalho Azank Abdu
Frederico Paropat de Souza
Helmo Marques Borges
Hugo Leonardo Teixeira
Jarbas de Freitas Peixoto
José Carlos de Araujo Almeida Filho

José Henrique Mouta
Leonardo Vitorino Salge
Leone Trida Sene
Luciana Cristina Minaré Pereira
Luciana Fragoso Maia
Luciano Lamano
Luciano Roberto Del Duque
Luiz Arthur de Paiva Corêa

Luiz Gustavo de Freitas Pinto
Marcus Vinícius Correa Maia
Paulo Leonardo Vilela Cardoso
Pércio Henrique Barroso
Ricardo Delfino
Richard Cnsóstomo Borges Maciel
Rodrigo Corrêa Vaz de Carvalho
Wanderson de Freitas Peixoto
Yves Cássius Silva

Conselho Intemacional

Alvaro Pérez Ragone (Chile)
Edoardo Ricci (Itália)

Miguel Teixeira de Sousa (Portugal)
Paula Costa e Silva (Portugal)

Juan Montero Aroca (Espanha)

Pareceristas ad hoc

André Del Negri
Carlos Eduardo do Nascimento
Dnieper Chagas de Assis

Mônica Cecílio Rodrigues
Munillo Sapia Gutier

Roberta Toledo Campos
Sérgio Henrique Tiveron Juliano

R454 Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro, ano 15, n. 59, jul/set. 2007. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

Trimestral
ISSN 0100-2589

Publicada do n. 1, jan./mar. 1975 ao n. 14, abr./jun. 1978 pela Vitória Artes Gráfica, Uberaba/MG.
Publicada do n. 15, jul./set. 1978 ao n. 58, abr./jun. 1988 pela Editora Forense, Rio de Janeiro/RJ.
Publicação interrompida em 1988 e retomada pela Editora Fórum em 2007.

1. Direito processual. I. Fórum.

CDD. 347.3 CDD. 347.3

© 2012 Editora Fórum Ltda.
Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive por meio de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).



Luiz Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 - 15º/16º andares - Funcionários
CEP 30130-007 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Tel.: 0800 704 3737
Internet: www.editoraforum.com.br
e-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Coordenação editorial: Olga M. A. Sousa
Revisão: Lourdes Nascimento
Luiz Fernando de Andrada Pacheco
Patrícia Falcão
Bibliotecárias: Izabel A. de Araujo Miranda - CRB 2904 - 6ª Região
Tatiana Augusta Duarte - CRB 2842 - 6ª Região
Projeto gráfico: Virgínia Loureiro
Diagramação: Luiz Alberto Pimenta

Impressa no Brasil / Printed in Brazil
Distribuída em todo o Território Nacional

Esta revista está indexada em:

- Ulrich's Periodicals Directory
- RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional)
- Library of Congress (Biblioteca do Congresso dos EUA)

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Sumário

Editorial9

DOCTRINA

Artigos

A execução forçada no moderno processo civil
Humberto Theodoro Júnior.....13

1 Introdução.....13

2 As reformas do direito processual ditadas pelas exigências da instrumentalidade e da efetividade da tutela jurisdicional.....15

3 A modernização do processo e a atividade judicial executiva18

4 A busca da efetividade da tutela jurisdicional, como caminho para implantação do processo justo.....19

5 Execução forçada e mandamentalidade.....21

6 Configuração do caráter mandamental que a execução de sentença adquiriu no direito brasileiro26

7 Importantes inovações no sistema expropriatório praticável nas execuções por quantia certa.....33

8 Conclusões.....34

O processo civil *gattopardista* dos Juizados Especiais
Glauco Gumerato Ramos.....37

Capítulos de sentença e os limites do efeito devolutivo da apelação no direito processual civil brasileiro
Felipe Scribes Wladeck.....43

1 Considerações iniciais.....43

1.1 Relevância prática da cisão (ideológica) de pronunciamentos judiciais em capítulos.....44

1.2 Limites do presente estudo.....44

2 Capítulos de sentença no direito processual civil brasileiro.....45

2.1 A estrutura da sentença.....45

2.2 Qual (ou quais) dos elementos da sentença se divide(m) em capítulos?.....45

2.3 Capítulos de sentença no direito positivo brasileiro.....46

2.3.1 O que são capítulos de sentença, segundo o direito processual civil brasileiro?.....46

2.3.1.1 A noção de capítulos de sentença aparece várias vezes no CPC (por exemplo: arts. 459, 498, 500, 505, 515, 587)47

2.3.1.2 O conceito de capítulos de sentença e sua autonomia48

2.3.1.3 As sentenças com mais de um capítulo (o que é a regra) são chamadas de "sentenças objetivamente complexas".....48

2.3.2 As possíveis unidades autônomas do decisório da sentença.....49

2.3.2.1 Capítulos "processuais".....50

2.3.2.2 Capítulos de mérito.....55

2.3.2.3 Capítulos homogêneos e capítulos heterogêneos57

2.3.3	A noção de autonomia e (in)dependência dos capítulos	57
2.3.3.1	Dependência entre capítulos de mérito	58
2.3.3.2	Dependência entre capítulos de mérito e capítulos processuais	59
2.3.3.3	O momento da aferição da dependência entre capítulos, para o fim de saber quais são os limites do efeito devolutivo do recurso parcial	59
2.3.3.4	Breve nota sobre a nomenclatura empregada nos itens subsequentes	59
3	A teoria dos capítulos de sentença e sua repercussão sobre a teoria dos recursos (aspectos e regras gerais)	60
3.1	Efeito devolutivo dos recursos e capítulos da sentença	60
3.1.1	Extensão e profundidade da devolução (arts. 505, 515 e 516 do CPC)	60
3.1.2	Recurso integral	63
3.1.3	Recurso parcial	63
3.1.3.1	Irrecorribilidade de capítulos	63
3.1.3.2	Falta de legitimidade ou interesse para recorrer de capítulos	63
3.1.3.3	Opção por não recorrer de capítulos	64
3.2	Efeito suspensivo dos recursos e capítulos da sentença	64
3.3	O destino dos capítulos da sentença não recorridos	69
3.3.1	O entendimento da jurisprudência	70
3.3.1.1	O caso dos Embargos de Divergência nº 404.777/DF, do STJ, Rel. Min. Fontes de Alencar, Rel. para o acórdão Min. Francisco Peçanha Martins, Corte Especial, por maioria	71
3.3.1.2	A Súmula nº 401 do STJ	71
3.3.2	O entendimento da doutrina	72
3.3.3	As consequências práticas da adoção de um ou outro entendimento	74
3.3.3.1	Diante da existência de entendimentos divergentes, quando ajuizar a ação rescisória?	74
3.4	A proibição da <i>reformatio in pejus</i> e os capítulos de sentença	75
3.4.1	Recurso parcial	76
3.4.2	Recurso adesivo	77
3.4.3	Existem exceções ao princípio geral da proibição da <i>reformatio in pejus</i> ?	77
4	Teoria dos capítulos de sentença e sua repercussão sobre a teoria dos recursos (questões específicas envolvendo o recurso de apelação)	78
4.1	Apelação: sua escolha como paradigma para a análise das "questões específicas" selecionadas	79
4.2	O caso da apelação genérica	79
4.3	Problemas relacionados aos limites do efeito devolutivo da apelação parcial	80
4.3.1	Capítulos independentes e apelação parcial	81
4.3.2	Capítulos <i>de mérito</i> entre os quais existe relação de dependência e apelação parcial	81
4.3.3	Capítulos heterogêneos (capítulos de mérito e capítulos processuais) e apelação parcial	90
4.3.4	Apelação parcial e questões cognoscíveis de ofício não apreciadas na origem	101
4.3.5	A apelação contra sentença <i>citra petita</i>	105
4.4	A questão da apelação de apenas um dos litisconsortes (efeito expansivo subjetivo)	112
4.4.1	Nos casos de litisconsórcio facultativo ou necessário unitário	112
4.4.2	Nos casos de litisconsórcio facultativo ou necessário não unitário ou simples	113
4.5	É possível interpor uma apelação contra cada capítulo?	113
4.5.1	O entendimento da jurisprudência	114
4.5.2	O entendimento da doutrina	114
4.6	A postura do juiz no ato de recebimento da apelação	115
4.7	Os efeitos do julgamento da apelação	117

4.7.1	Ausência de substituição dos capítulos em relação aos quais a apelação não é recebida/conhecida	117
4.7.2	Substituição dos capítulos em relação aos quais a apelação é conhecida e desprovida (art. 512)	118
4.7.3	Substituição dos capítulos em relação aos quais a apelação é conhecida e provida (art. 512)	118
4.7.4	Anulação ou declaração de inexistência de capítulos em decorrência do julgamento da apelação	119
5	Encerramento	119

Tutela do consumidor na ação de exibição de documento: revisitando a Súmula nº 372 do STJ sob a ótica da tutela satisfativa

Elmer da Silva Marques		121
1	Introdução	121
2	Da natureza da tutela concedida da ação de exibição de documento	122
3	Da tutela satisfativa como permissiva da cominação de multa na ação de exibição de documento. Releitura da Súmula nº 372 do STJ	126
4	Conclusões	132
	Referências	133

O princípio da colegialidade e a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 527 do CPC

Rafael de Oliveira Guimarães		137
1	Considerações iniciais	137
2	O princípio do juiz natural	139
3	O princípio da colegialidade	140
4	A obrigatoriedade da decisão colegiada nos Tribunais no direito comparado	145
5	O parágrafo único do art. 527 do CPC e a sua inconstitucionalidade	148
6	Das formas de impugnação ao mencionado parágrafo único	154
7	Conclusões	161
	Referências	162

Crimes de internet à luz do princípio da proporcionalidade: proibição da proteção deficiente do Estado

Dauster Souza Pereira, Mariana Securun Inácio		167
	Introdução	168
	A nova criminalidade	169
1.1	Crimes impróprios	170
1.1.1	Pedofilia	172
1.1.2	Crimes contra a honra: calúnia, difamação e injúria	172
1.1.3	<i>Phishing Scan</i>	173
1.2	Crimes próprios	173
1.2.1	Furto	174
1.2.2	Invasão	175
2	Princípios do Direito Penal clássico	175
2.1	Princípio da anterioridade	176
2.2	Princípio da legalidade	176
2.3	Princípio da proporcionalidade	177
3	A utilização do Direito Penal nos crimes cometidos através da informática	178
3.1	Posicionamento jurisprudencial	179

3.2	Reflexões para a atuação do Poder Judiciário diante da parcela de crimes próprios cometidos através da internet.....	180
4	Conclusão.....	183
	Referências.....	185

NOTAS E COMENTÁRIOS

	Discurso do jurista Claudiovir Delfino, homenageado na 5ª edição do Congresso de Direito Processual de Uberaba (ano de 2011).....	191
	Exposição de Motivos da Proposta de Reforma do Código de Processo Civil português – Os princípios orientadores da reforma do processo civil.....	195
	A) Processo de declaração.....	195
1	Reforço dos poderes de flexibilização, adequação formal e direcção efectiva do processo pelo juiz, com vista à justa composição do litígio.....	195
2	Medidas de simplificação processual e de reforço dos instrumentos de defesa contra o exercício de faculdades dilatórias.....	197
3	Reformulação do regime da tutela urgente e cautelar.....	199
4	Restrição do âmbito dos incidentes de intervenção de terceiros e reforço dos poderes do juiz para rejeitar intervenções injustificadas ou dilatórias e providenciar pela apensação de causas conexas.....	201
5	Reformulação do regime da competência Internacional dos tribunais portugueses, articulando-a com o disposto no art. 22.º do Reg. 44/2001.....	202
6	Reformulação das formas de processo declaratório comum.....	202
7	Reforço do princípio da concentração do processo ou do recurso num mesmo juiz.....	203
8	O modelo estabelecido para a tramitação do processo comum de declaração, na forma ordinária: o novo figurino da audiência preliminar.....	204
9	A fase de instrução e os meios de prova.....	206
10	A fase de julgamento.....	207
	B) Processo executivo.....	208
1	Estatuto do agente de execução.....	208
2	Reforço do papel do juiz de execução.....	208
3	Acesso aos tribunais, simplificação e celeridade da execução.....	209
4	Protecção dos interesses do exequente.....	210
5	Protecção dos interesses do executado.....	211
	C) Normas transitórias.....	212

RESENHAS

	LEAL, ROSEMIRIO PEREIRA. <i>Processo como teoria da lei democrática</i> . Belo Horizonte: Fórum, 2010. Alexandre Araújo Costa, Henrique Araújo Costa.....	215
	PORTO, SÉRGIO GILBERTO. <i>Coisa julgada civil</i> . 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Fernando Rossi.....	221
	BOTELHO, GUILHERME. <i>Direito ao processo qualificado: o processo civil na perspectiva do Estado Constitucional</i> . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. 199 p. Jonathan Iovane de Lemos.....	223
	ROSSI, FERNANDO <i>et al.</i> (Coord.). <i>O futuro do processo civil no Brasil: uma análise crítica ao projeto do novo CPC: obra em homenagem ao Advogado Claudiovir Delfino</i> . Belo Horizonte: Fórum, 2011. Luciano da Silva Rufino.....	225

	KLIPPEL, RODRIGO; BASTOS, ANTONIO ADONIAS. <i>Manual de processo civil</i> . Rio de Janeiro: Lumen Juris; Vitória: Acesso, 2011. Lúcio Delfino.....	227
--	---	-----

	DELFINO, LÚCIO. <i>Direito processual civil: artigos e pareceres</i> . Belo Horizonte: Fórum, 2011. Welder Queiroz dos Santos.....	229
--	--	-----

	Índice.....	233
--	-------------	-----

	Instruções para os autores.....	237
--	---------------------------------	-----

DELFINO, Lúcio. *Direito processual civil: artigos e pareceres*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

Em boa hora, a Editora Fórum nos traz a obra *Direito processual civil: artigos e pareceres* da autoria de Lúcio Delfino, exímio processualista mineiro, Diretor da consagrada *Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro*.

Lúcio está de parabéns! Como revela Freddie Didier Jr., no prefácio, o autor “é um jurista seguro e sereno” que escreve textos de forma clara sobre “temas atuais e relevantes”.

Essa coletânea de trabalhos — artigos e pareceres — de Lúcio Delfino não poderia ser diferente.

O livro é dividido em duas partes.

As primeiras 280 páginas, primeira parte, são compostas de doze artigos do autor sobre temas relevantes para o direito processual civil.

No primeiro artigo, intitulado “O processo democrático e a ilegitimidade de algumas decisões judiciais”, com muito talento, aborda que as decisões judiciais proferidas no Estado Democrático de Direito somente encontram legitimidade se realizadas à luz do contraditório, que é a democracia no ambiente processual. Além de profunda base teórica, apresenta diversos exemplos práticos de decisões ilegítimas que violam o princípio do contraditório.

No segundo artigo, aventura-se no difícil tema do direito intertemporal aplicado em conflitos de leis que envolvem o “velho” e o “novo” regime do mandado de segurança.

Por sua vez, no terceiro artigo, Lúcio faz uma interessante análise, em coautoria com Fernando Rossi, sobre a “interpretação jurídica no Estado Constitucional”, onde demonstram que toda e qualquer interpretação jurídica, que tem por escopo desvelar significados do texto normativo, deve-se pautar na substancial supremacia da Constituição, que é pautada pela democracia como eixo teórico e composta por princípios e por direitos fundamentais.

No quarto artigo, com sua perspicácia, o autor discorre sobre o recente e pouco explorado tema do direito aos alimentos gravídicos e as questões referentes às técnicas processuais diferenciadas instituídas pela Lei nº 11.804/2008 para a proteção da pessoa embrionária.

Já no quinto artigo, examina o princípio da legalidade das formas e a adaptação do procedimento às especificidades do litígio ao escrever sobre a “flexibilização procedimental no Novo CPC”, onde demonstra os poderes do juiz e seus limites na flexibilização do procedimento e apresenta algumas críticas.

Em mais um dueto, no sexto artigo compõe juntamente com Fernando Rossi a obra "Tutela antecipada nas ações de responsabilidade civil por acidentes de consumo – a facilitação do seu deferimento em prol do consumidor", onde asseveram que a previsão de presunção *juris tantum* em prol do consumidor em caso de acidente de consumo (art. 12, §3º, II, CDC), facilita a antecipação da tutela, bastando ao autor alegar a imperfeição do produto e demonstrar que sofreu um dano decorrente da utilização desse produto para preencher o requisito da prova inequívoca que convença o juiz da verossimilhança da alegação ou da relevância do fundamento e, ainda, demonstrar o *periculum in mora*.

No sétimo artigo, "Anotações procedimentais e materiais sobre a execução de tutela antecipada para o pagamento de soma em dinheiro", o autor pugna pela possibilidade de execução *no mesmo processo* da decisão que antecipa a tutela de obrigação de pagar quantia, mediante técnica que aproxime a execução de fazer da execução de obrigação pecuniária.

Com sua perspicácia e curiosidade acadêmica, Lúcio Delfino, no oitavo artigo — "A tutela jurisdicional na responsabilidade civil das indústrias do tabaco — questões atinentes à matéria probatória" —, estuda detalhadamente um a um os aspectos controvertidos e polêmicos do embate entre fumantes e indústrias de tabaco, concluindo pela possibilidade, no caso concreto, de inversão do ônus da prova em caso de enfermidade (ou morte) de consumidor de tabaco, bem como destaca a existência de inversão legal do ônus da prova em caso de publicidade enganosa ou abusiva.

No nono artigo, o autor investiga a natureza jurídica da multa relativa a não devolução dos autos pelo advogado prevista no art. 196 do Código de Processo Civil, concluindo pela natureza disciplinar — e não processual.

Arrisca-se a defender, no décimo artigo, a aplicação do procedimento executório previsto no art. 733 do CPC para execução fundada em escritura pública ou em outros títulos extrajudiciais, sempre que o débito alimentar compreender as três prestações anteriores ao ajuizamento da ação e as que vencerem no curso do processo.

No décimo primeiro artigo, o autor sustenta que o §2º do art. 615-A do CPC não criou uma nova modalidade de fraude à execução, apenas facilitou a sua caracterização antes mesmo de efetivada a citação.

Ademais, no décimo segundo e último artigo, comenta a imparcialidade do juiz no exercício de seus poderes instrutórios e sustenta que o julgador diligente na instrução probatória, em consonância com o *modelo constitucional do processo*, não perde sua imparcialidade.

Na segunda parte do trabalho, composta por oito pareceres escritos em linguagem clara e acessível, o autor analisa em mais de 100 páginas temas que impõem uma aproximação entre o direito material e o processo.

No primeiro parecer, Lúcio Delfino verifica a impossibilidade de cumulação de pedidos de reconhecimento e dissolução de união estável com o de partilha de bens de empresa comercial ante a incompatibilidade procedimental e a incompetência do juízo de família para apreciar pedido de dissolução, liquidação e partilha de bens de empresa.

No segundo parecer, o autor trata de questão que envolve tutela jurisdicional específica (obrigação de fazer) e direito de vizinhança.

Analisa ainda, no terceiro parecer, caso relacionado à renovada polêmica relativa à premeditação do suicídio e contrato de seguro depois da publicação do Código Civil de 2002.

Já no quarto parecer, o parecerista investiga a relação entre o princípio da instrumentalidade das formas (não há nulidade sem prejuízo) e realização de pagamento da arrematação de forma diversa ao previsto no art. 690 do Código de Processo Civil.

Enfrenta também, no quinto parecer, a inviabilidade da aplicação da fungibilidade recursal em caso de erro grosseiro em caso onde houve a interposição de dois recursos distintos contra a mesma decisão.

No sexto parecer, o jurista observa a impossibilidade no caso de condenação de advogado à litigância de má-fé e a possibilidade de o advogado interpor recurso contra a decisão.

Além disso, no sétimo parecer, o autor discorre sobre a desnecessidade de demonstração da urgência para o deferimento de tutela antecipada possessória com base em posse nova.

Por fim, Lúcio Delfino estuda, no oitavo parecer, a possibilidade de se adotar modalidade de liquidação diversa da anunciada no acórdão e a admissão de impugnação ao cumprimento de sentença antes de seguro o juízo.

Assim, só nos resta concluir que se trata de valoroso trabalho que merece atenção da comunidade jurídica processual, publicado pela Editora Fórum, que está de parabéns pela publicação dessa obra onde o autor enfrenta com coragem assuntos bastante difíceis, bem como pelos índices — por assunto, por legislação e por autor (onomástico) — que facilitam muito a pesquisa por parte dos leitores.

Welder Queiroz dos Santos

Mestrando e Especialista em Direito Processual Civil pela PUC-SP. Especialista em Direito Empresarial pelo Mackenzie. Professor de Direito Processual Civil nos Cursos de Pós-Graduação *latu sensu* no Complexo Educacional Damásio de Jesus e no IMP-MT. Professor na ESA-MT. Vice-Presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil da OAB-MT. Advogado.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

DELFINO, Lúcio. *Direito processual civil: artigos e pareceres*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. Resenha de: SANTOS, Welder Queiroz dos. *Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro*, Belo Horizonte, ano 20, n. 77, p. 229-232, jan./mar. 2012.

Índice

página	página
Doutrina, Notas e Comentários e Resenhas	
Autor	
COSTA, Alexandre Araújo	
- Resenha: LEAL, Rosemiro Pereira. <i>Processo como teoria da lei democrática</i> . Belo Horizonte: Fórum, 2010.	215
COSTA, Henrique Araújo	
- Resenha: LEAL, Rosemiro Pereira. <i>Processo como teoria da lei democrática</i> . Belo Horizonte: Fórum, 2010.	215
DELFINO, Lúcio	
- Resenha: KLIPPEL, Rodrigo; BASTOS, Antonio Adonias. <i>Manual de processo civil</i> . Rio de Janeiro: Lumen Juris; Vitória: Acesso, 2011.	227
GUIMARÃES, Rafael de Oliveira	
- Artigo: O princípio da colegialidade e a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 527 do CPC.	137
INÁCIO, Mariana Secorun	
- Artigo: Crimes de internet à luz do princípio da proporcionalidade: proibição da proteção deficiente do Estado.	167
LEMOS, Jonathan Iovane de	
- Resenha: BOTELHO, Guilherme. <i>Direito ao processo qualificado: o processo civil na perspectiva do Estado Constitucional</i> . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. 199 p.	223
MARQUES, Elmer da Silva	
- Artigo: Tutela do consumidor na ação de exibição de documento: revisitando a Súmula nº 372 do STJ sob a ótica da tutela satisfativa.	121
PEREIRA, Dauster Souza	
- Artigo: Crimes de internet à luz do princípio da proporcionalidade: proibição da proteção deficiente do Estado.	167
RAMOS, Glauco Gumerato	
- Artigo: O processo civil gattopardista dos Juizados Especiais.	37
ROSSI, Fernando	
- Resenha: PORTO, Sérgio Gilberto. <i>Coisa julgada civil</i> . 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.	221
RUFINO, Luciano da Silva	
- Resenha: ROSSI, Fernando et al. (Coord.). <i>O futuro do processo civil no Brasil: uma análise crítica ao projeto do novo CPC: obra em homenagem ao Advogado Claudiovir Delfino</i> . Belo Horizonte: Fórum, 2011.	225
SANTOS, Welder Queiroz dos	
- Resenha: DELFINO, Lúcio. <i>Direito processual civil: artigos e pareceres</i> . Belo Horizonte: Fórum, 2011.	229
THEODORO JÚNIOR, Humberto	
- Artigo: A execução forçada no moderno processo civil.	13
WLADECK, Felipe Sripes	
- Artigo: Capítulos de sentença e os limites do efeito devolutivo da apelação no direito processual civil brasileiro.	43
Título	
BOTELHO, Guilherme. <i>Direito ao processo qualificado: o processo civil na perspectiva do Estado Constitucional</i>. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. 199 p.	
- Resenha de: Jonathan Iovane de Lemos.	223
CAPÍTULOS de sentença e os limites do efeito devolutivo da apelação no direito processual civil brasileiro	
- Artigo de: Felipe Sripes Wladeck.	43
CRIMES de internet à luz do princípio da proporcionalidade: proibição da proteção deficiente do Estado	
- Artigo de: Dauster Souza Pereira, Mariana Secorun Inácio.	167